



Governadores pedem mudanças para equilibrar caixas estaduais

Mantega poderá ser ouvido sobre ICMS único

Relator da comissão que analisa mudanças no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, Walter Pinheiro anunciou a intenção de convidar o ministro da Fazenda para debater o tema. **7**

Jane de Araújo/Agência Senado



O presidente do Senado, Renan Calheiros, fala na reunião em que os governadores apresentaram propostas para um novo pacto federativo

Representantes dos estados disseram, no Congresso, que precisam de mais verba federal

Os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Eduardo Alves, ouviram dos 27 governadores que é preciso mudar o índice de correção das dívidas com a União e ampliar o limite de endividamento dos estados. **6 e 7**

PEC das Domésticas passa em comissão e vai para o Plenário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem a proposta de emenda constitucional que dá aos trabalhadores domésticos os mesmos direitos

dos demais trabalhadores formais, como FGTS e hora extra. O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que o Plenário deve votá-la na semana que vem. **3**



Os senadores Paulo Paim e Lidice da Mata debatem na CCJ a PEC das Domésticas: proposta agora depende do Plenário

José Cruz/Agência Senado

A categoria

A maior parte é mulher e não tem carteira assinada



Fonte: Ministério do Trabalho e Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas

Governo lança programa de proteção à mulher 2

Professores discutem hoje reforma do Código Penal 12

Situação da Petrobras é alvo de elogios e ataques 8

Projeto obriga SUS a fazer reconstrução de mama 11

Previdência poderá cobrar ressarcimento de gastos 10

Senadores fazem críticas às agências reguladoras 4

Debate mostra necessidade de investimento nos portos 9

Transposição do São Francisco estará pronta em 2015, diz ministro

Fernando Bezerra, da Integração Nacional, também falou ontem no Senado sobre a Transnordestina e ações contra a seca. **5**

Ministro Fernando Bezerra (E) abraça Wellington Dias, ao lado de Valadares, Vital e Inácio



Marcos Oliveira/Agência Senado

Especialistas querem controle sobre verbas do setor elétrico

Em debate no Senado, especialistas lembraram que redução na conta de luz das famílias de baixa renda é feita à custa de dinheiro público e disseram que é preciso criar instrumentos que permitam a fiscalização dos recursos. **12**

Programa integra ações de proteção à mulher

Em cerimônia no Palácio do Planalto, com participação do presidente do Senado, Dilma Rousseff anunciou medidas que receberão investimentos de R\$ 265 milhões até 2014

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, participou ontem da cerimônia de lançamento do Programa Mulher: Viver sem Violência, no Palácio do Planalto. O evento marcou os dez anos da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

O novo programa tem como objetivo integrar os serviços públicos — grande parte criada e mantida pelo Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher — e organizar o atendimento humanizado a vítimas.

Em dois anos, serão investidos R\$ 265 milhões no programa: R\$ 137,8 milhões em 2013 e R\$ 127,2 milhões em 2014. Do total, R\$ 115,7 milhões serão aplicados na construção de prédios e nos custos de equipagem e manutenção, R\$ 25 milhões na ampliação da Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), R\$ 13,1 milhões na humanização da atenção à saúde pública, R\$ 6,9 milhões na humanização da



Ao lado da presidente Dilma, Renan (3º à esq.) participa do lançamento do programa, quando se celebraram os 10 anos da Secretaria de Políticas para as Mulheres

perícia para aperfeiçoamento da coleta de provas de crimes sexuais e R\$ 4,3 milhões em serviços de fronteira. As medidas incluem ainda a criação da Casa da Mulher Brasileira, que serão centros em todo o país com serviços como delegacias especializadas no atendimento à mulher, juizados e varas,

defensorias, promotorias e equipe psicossocial.

A presidente Dilma Rousseff destacou avanços importantes do país nos últimos anos no combate à violência contra a mulher, como por exemplo a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), que entrou em vigor em 2006, após ser

aprovada pelo Congresso.

— Hoje, com o Programa Mulher: Viver sem Violência, nós estamos dando mais um passo. Sabemos que é preciso fazer muito mais e sempre para combater a violência contra a mulher. Queremos que o Brasil se aproxime cada vez mais rápido de ser um

país com tolerância zero para todas as formas de violência — acrescentou a presidente.

Na solenidade, foi entregue o Prêmio Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável. Foram agraciados grupos e organizações produtivas que se destacaram no fortalecimento da sustentabilidade.

Ângela elogia programa para mulheres vítimas de violência



Ângela Portela (PT-RR) parabenizou a presidente Dilma Rousseff pelo lançamento do Programa Mulher: Viver sem Violência. A iniciativa prevê a construção de centros chamados Casa da Mulher Brasileira, que integrarão serviços públicos de segurança, atendimento jurídico, saúde, assistência social, acolhimento, abrigo e orientação para o trabalho, emprego e renda em todas as 27 capitais brasileiras.

A senadora lembrou que, frequentemente, são feitos apelos aos dirigentes estaduais e municipais de seu estado para que se empenhem na estruturação de serviços especializados de atendimento às mulheres vítimas de violência de gênero.

— Para ter uma noção da importância do programa lançado pela presidente e pela ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, vale saber que temos 475 delegacias especializadas no atendimento a mulheres vítimas de violência, num universo de 5.565 municípios.

— Para ter uma noção da importância do programa lançado pela presidente e pela ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, vale saber que temos 475 delegacias especializadas no atendimento a mulheres vítimas de violência, num universo de 5.565 municípios.

Vanessa diz que ação nasce com forte apoio político



O lançamento do Programa Mulher: Viver sem Violência também foi saudado ontem em pronunciamento de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). A senadora, que acompanhou a solenidade de lançamento no Palácio do Planalto, ressaltou a presença de ministros de estado, governadores, prefeitos, deputados, senadores e da bancada feminina do Congresso como demonstração de que a iniciativa nasce com forte apoio político.

— O programa reafirma o compromisso do governo em eliminar as desigualdades de gênero na sua faceta mais cruel, que é a violência — disse Vanessa, também procuradora da Mulher no Senado.

O governo promete investir inicialmente R\$ 265 milhões para atender cerca de 70 mil mulheres em espaços de apoio chamados de Casa da Mulher Brasileira.

— A expectativa é que sejam poderosos pontos de referência pelas mulheres atingidas pela violência no corpo e na alma.

Suplicy faz homenagem a Margarida Genevois

Eduardo Suplicy (PT-SP) homenageou Margarida Genevois, cujo aniversário de 90 anos foi comemorado no último domingo, em São Paulo, numa missa celebrada por frei Betto, frei João Xerri e padre Júlio Lancellotti.

Em discurso no Plenário, ele a definiu como uma das pessoas que mais contribuíram para o respeito aos direitos humanos e para a realização de justiça na história do Brasil.

Durante 25 anos, Margarida atuou na Comissão Justiça e Paz de São Paulo, tendo assumido sua presidência por três vezes. Suplicy mencionou a participação dela no grupo Ação Católica e na instituição Veritas, da qual é fundadora.

O senador também lembrou a iniciativa de refugiar ameaçados de tortura pelo regime militar e de encontrar abrigo para eles até em outros países.



Eduardo Suplicy lembra trajetória de ativista dos direitos humanos

Suplicy disse que Margarida viveu a simplicidade do campo, na fazenda dirigida pelo marido, Lucien Genevois. Ali fundou creches e grupos de estudo e salvou crianças e adultos.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 19h de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Alfabetização

14h A sessão ordinária é deliberativa. O PLV 2/13, que trata do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, tranca a pauta de votações.

PRESIDÊNCIA Visita de sindicalista

15h30 Renan Calheiros recebe o presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, Ubiraci Dantas de Oliveira. Às 16h, preside a ordem do dia.

CRA Pescadores

8h30 O restabelecimento do cadastro especial de colônias de pescadores no Ministério do Trabalho é um dos temas de audiência pública. Foram convidados os ministros da Previdência, Garibaldi Alves Filho; da Pesca, Marcelo Crivella; e do Trabalho, Brizola Neto.

CDH Cães-guia

9h Com 28 itens, comissão examina projeto que autoriza a União a fazer convênios com entidades sem fins lucrativos para treinar cães-guia de pessoas com deficiência visual. Outra proposta amplia atribuições dos conselhos tutelares.

SISTEMA DE SAÚDE Eleição

9h30 Instalação da comissão temporária sobre o financiamento do sistema de saúde. Serão eleitos o presidente e o vice-presidente do colegiado.

CAE/CCJ/CDR Fundo dos estados

10h Audiência conjunta com o secretário da Fazenda do Maranhão e coordenador nacional no Confaz, Cláudio Trinchão. Na pauta, oito projetos que estabelecem critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal.

CRE Embaixadas

10h Os senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sabbatinam indicados para embaixadas em Belize; Timor-Leste; e China, cumulativamente com a Mongólia.

CÓDIGO PENAL Debate

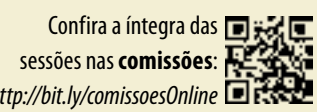
10h Audiência pública da comissão especial interna sobre o PLS 236/12, que trata da reforma do Código Penal, com participação dos professores de Direito Juarez Cirino dos Santos e Rogério Sanches Cunha.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Proposta garante aos trabalhadores domésticos jornada semanal de 44 horas, hora extra, seguro-desemprego, adicional noturno, FGTS e seguro contra acidentes

José Cruz/Agência Senado



Presidente da CCJ, Vital do Rêgo conversa com relatora do projeto, Lídice da Mata

Comissão aprova PEC que amplia direitos de domésticas

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem a proposta de emenda constitucional que aumenta os direitos trabalhistas dos empregados domésticos. A PEC 66/12 agora vai para o Plenário do Senado.

Alguns direitos concedidos aos empregados domésticos terão aplicação imediata após a aprovação final da PEC, como a jornada semanal de 44 horas (com 8 horas diárias de trabalho), o pagamento de hora extra em valor ao menos 50% superior à hora normal e a proibição de qualquer discriminação (por sexo, idade, cor, estado civil ou deficiência).

Outros direitos ainda vão depender de regulamentação, como o pagamento de seguro-desemprego, a contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de

Serviço (FGTS), a remuneração do trabalho noturno superior à do diurno e a contratação de seguro contra acidentes de trabalho.

A PEC 66/12 adaptará a legislação brasileira a normas editadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2011. Por esse acerto internacional, os trabalhadores domésticos devem ter os mesmos direitos que os trabalhadores dos demais setores da economia, incluídos a duração da jornada de trabalho, o descanso semanal remunerado de 24 horas e a liberdade de associação e de negociação coletiva.

Carteira assinada

Dados do Ministério do Trabalho indicam a existência de 7 milhões de trabalhadores domésticos no Brasil, dos quais apenas 1

milhão tem carteira assinada.

Um levantamento da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas indica que 94% desses profissionais são mulheres e que 80% são negros.

A relatora da PEC, senadora Lídice da Mata (PSB-BA), demonstrou preocupação com o fato de existirem 410 mil crianças atuando no serviço doméstico e 1,8 milhão de trabalhadores do setor ganhando menos de meio salário mínimo por mês.

Agora, a PEC 66/12 terá que ser submetida a dois turnos de votação no Plenário do Senado. Se for aprovada, será promulgada pelo Congresso Nacional.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, assumiu o compromisso de encerrar a votação da proposta até o final de março.

Acordo garantiu licença imediata a gestante

A concessão de direitos aos empregados domésticos, com a aprovação da PEC 66/12 na CCJ, quase pôs em risco a garantia imediata de licença-maternidade de 120 dias para as domésticas.

A relatora, Lídice da Mata (PSB-BA), havia recomendado a aprovação da PEC sem mudanças, para não provocar seu retorno à Câmara. Ela estava decidida a rejeitar emendas apresentadas por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Paulo Bauer (PSDB-SC), mesmo

reconhecendo o mérito delas.

Sua posição começou a mudar quando a bancada do PSDB fez alertas sobre o risco de a PEC, se aprovada sem mudanças, transformar um direito de efetividade imediata (a licença à gestante) em dependente de regulamentação por lei ordinária.

Coube a Bauer apresentar emenda resgatando a garantia constitucional. Pedro Taques (PDT-MT) sugeriu a Lídice a incorporação da sugestão de Bauer como emenda de

redação no texto original, o que dispensaria a volta à Câmara.

Em relação à emenda de Aloysio, a relatora decidiu rejeitá-la e aproveitar seu teor em um projeto de lei que pretendia apresentar ainda ontem.

A emenda estabelecia prazo de prescrição dos direitos trabalhistas das empregadas — prazo a partir do qual direitos desrespeitados por patrões não podem ser reclamados na Justiça. Para Aloysio, do modo aprovada pela Câmara, a PEC torna os direitos imprescritíveis.

PLENÁRIO VOTARÁ PEC NA SEMANA QUE VEM, DIZ RENAN

O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou que a PEC das Domésticas deve ser votada em Plenário na semana que vem. A proposta foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Também deve ser votado na

próxima semana o projeto PLV 2/13, fruto da MP 586/12, que trata do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa. Para Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), a meta estipulada pelo governo para alfabetizar as crianças, aos 8 anos, é tímida.

Os direitos dos empregados domésticos

A PEC 66/12 estende à empregada doméstica os mesmos direitos assegurados aos demais trabalhadores urbanos e rurais

CONSTITUIÇÃO FEDERAL	
▶	Salário mínimo , fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim
▶	Irredutibilidade do salário , salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo
▶	13º salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria
▶	Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos
▶	Gozo de férias anuais remuneradas com pelo menos um terço a mais do que o salário normal
▶	Licença à gestante , sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 120 dias
▶	Licença-paternidade
▶	Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de 30 dias
▶	Aposentadoria
PEC 66/12	
▶	Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, entre outros direitos
▶	Seguro-desemprego , em caso de desemprego involuntário
▶	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)
▶	Garantia de salário nunca inferior ao mínimo para os que recebem remuneração variável
▶	Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno
▶	Proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa
▶	Salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei
▶	Duração do trabalho normal não superior a 8 horas diárias e 44 semanais , facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho
▶	Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% à do normal
▶	Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança
▶	Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 anos de idade em creches e pré-escolas
▶	Reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho
▶	Seguro contra acidentes de trabalho , a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa
▶	Proibição de diferença de salários , de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil
▶	Proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência
▶	Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos , salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos

Foto: Ana Volpe/Jornal do Senado



Para senadores, norma equivale a “alforria” de trabalhadoras

A mobilização dos empregados domésticos pela conquista de direitos assegurados aos demais trabalhadores chegou a ser comparada à luta pela abolição da escravatura.

Para Pedro Simon (PMDB-RS), a PEC das Domésticas denuncia o “último vestígio da escravatura no país”. Aécio Neves (PSDB-MG) viu na proposta uma “verdadeira alforria”

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) seguiu o mesmo raciocínio:

— Este debate é um exemplo claro de o quanto demoram os direitos para os de baixo em nosso país. Essa proposta de emenda constitucional equivale a uma Lei Áurea moderna.

Filho de empregada doméstica, Magno Malta (PR-ES) concordou que a espera foi longa e reafirmou a necessidade de

não mais se adiar o momento de “saldar uma dívida histórica”.

O presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB), também elogiou a luta dos empregados domésticos por mais direitos trabalhistas.

Ataídes de Oliveira (PSDB-TO) considerou a proposta redundante em relação a direitos que já seriam garantidos aos domésticos pela Consolidação

das Leis do Trabalho (CLT) e aproveitou para defender uma ampla reforma trabalhista.

José Agripino (DEM-RN) reconheceu a aprovação da PEC como parte da evolução do modelo trabalhista brasileiro, mas avaliou que vai trazer danos à “relação afetiva” que envolve patrão e empregado doméstico.

— Vamos subir degraus no

amadurecimento social, mas vamos ter consequências no campo econômico — advertiu, prevendo a redução no número de empregadores e o aumento na quantidade de reclamações trabalhistas.

Para a relatora, Lídice da Mata, a PEC acaba com “um ordenamento jurídico que validava diferenças injustificáveis” entre trabalhadores.



Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Wilder Morais, Flexa Ribeiro e José Pimentel concordam que o Senado precisa de mais controle sobre os dirigentes dos órgãos

Senadores querem mais fiscalização sobre as agências reguladoras

Sistema de regulação dos serviços públicos concedidos precisa ser modernizado, segundo membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura

A ATUAÇÃO DAS agências reguladoras de serviços públicos concedidos foi criticada ontem pelos senadores da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), antes da votação de propostas.

— Precisamos repensar o funcionamento das agências reguladoras, que devem ser agências de Estado e não de governo. As agências precisam representar o usuário, o cidadão que paga imposto e usa rodovias, ferrovias e aeroportos — disse Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

O senador pediu mais controle e fiscalização do Senado sobre os dirigentes desses órgãos, entre eles a Agência Nacional de Aviação

Civil (Anac), a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Ao relacionar as funções das agências, Walter Pinheiro (PT-BA) citou regulações de mercado e ajustes nas condições para competitividade, mas disse que a principal função é garantir a prestação do serviço.

— Não podemos constituir agências reguladoras como mero instrumento de cobrança, como agências multadoras. Quando ela dá a multa, é porque já chegou depois que o serviço não foi fornecido. Tem que chegar antes, para garantir o serviço ao usuário.

Pinheiro defendeu a aprovação da PEC 89/11, de autoria dele, que obriga os dirigentes das agências reguladoras a prestar contas da gestão ao Senado anualmente. A proposta aguarda votação no Plenário do Senado, e medida semelhante consta de projeto de resolução (PRS 10/13) aprovado pelo Senado dia 7.

Prevenção

A prestação de contas obrigatória por parte dos dirigentes das agências também foi defendida pelo presidente da CI, Fernando Collor (PTB-AL).

— Isso valoriza o trabalho do legislador a partir das comissões temáticas do Senado da República. Todos nós

concordamos que a função precípua das agências reguladoras não é aplicar multas, mas precaver para que não haja multa, garantindo a prestação do serviço ao usuário — disse.

Mesmo reconhecendo que existem grandes profissionais à frente das agências, Jorge Viana (PT-AC) defendeu a aprovação da PEC 89/11 e a modernização do sistema.

— O Brasil hoje é outro. Temos 40 milhões de cidadãos que acessaram uma classe social mais acima e isso trouxe desafios novos, mas temos instituições velhas. As agências foram importantes, mas estão com a validade vencida e já não respondem ao Brasil de hoje — afirmou Viana.

Flexa aponta esvaziamento e patrulhamento ideológico

Na avaliação de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), os governos do PT têm promovido esvaziamento e patrulhamento político-ideológico das agências reguladoras.

— Lula entendia que as agências competiam com os ministérios, o que não é verdade. Desde então, tem havido esvaziamento nas funções e na qualidade dos indicados para a direção das agências — afirmou o senador.

Ferraço também criticou a forma como esses órgãos têm sido tratados pelo Palácio do Planalto.

— As agências foram criadas para serem autônomas e independentes, mas o governo tem agido na contramão, pois contingencia recursos e reparte o comando das agências entre partidos políticos aliados.

Para Wilder Morais (DEM-GO), o governo deve ser mais regulador e menos executor. Deve definir regras mais claras para uma maior participação da iniciativa privada nos projetos de infraestrutura e direcionar as agências reguladoras para acompanhar os projetos desde o início.

Sabatinas dos indicados para a direção recebem críticas

Para Ferraço, o sistema regulatório está falido e os senadores teriam parte da responsabilidade, pela ineficiência no processo de exame dos nomes indicados pelo Executivo para cargos de direção.

— As sabatinas precisam ser feitas com enfrentamento de questões reais, precisam ser relevantes. Não podem e não devem ser mera homologação.

Lobão Filho (PMDB-MA) concorda com a responsabilização do Senado e também critica a forma com que os indicados são sabatinados.

— Uma das coisas que mais me angustiam nessa Casa é essa questão homologatória

das sabatinas. Recebemos aqui a indicação de governo, fazemos meia dúzia de perguntas ridículas e depois damos ao indivíduo o cargo de ministro do Supremo ou do Tribunal de Justiça ou um cargo nas agências — disse.

Lobão defende que, além de aprovar o nome do dirigente, o Senado também possa pedir a destituição, quando o gestor não cumprir deveres.

Com o objetivo de aprofundar a discussão sobre a reformulação das agências reguladoras, Ferraço informou que apresentará requerimento para que a CI faça audiência pública sobre o tema.

Nova proposta sobre vetos presidenciais

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem a visita do presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, e de líderes partidários, que falaram sobre uma nova proposta de análise dos vetos presidenciais pelo Congresso.

Alves disse que reunirá a Mesa da Câmara na terça-feira para aprovar um projeto de resolução sobre o assunto. Conforme o deputado, pela proposta, o Congresso teria 30 dias para se posicionar a partir do recebimento do veto, e não da leitura, como tem sido feito. Esgotado o prazo, a pauta ficaria trancada.

De acordo com ele, o projeto de resolução seguirá para a Mesa do Senado e depois para a Mesa do Congresso. O presidente da Câmara admitiu que o Parlamento tem “parte de culpa” no acúmulo de mais de 3 mil vetos sem apreciação. Ele disse que o Congresso deve aguardar uma posição do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre os vetos passados e afirmou que é preciso pensar no futuro.

— Há 12 anos, o Congresso Nacional não aprecia os vetos presidenciais. Agora a gente quer que isso cesse. Essa medida qualifica o Parlamento brasileiro e é uma forma de respeito ao povo brasileiro — afirmou.

O presidente da Câmara disse que também conversou com Renan sobre a reunião que os dois tiveram mais cedo com governadores de estados. De acordo com Alves, será feito um levantamento das matérias que tramitam no Congresso com temas coincidentes aos pedidos feitos pelos governadores.

O deputado informou que haverá uma reunião com a equipe econômica do governo, para que as decisões a respeito das demandas dos estados sejam tomadas de “forma responsável”.

Anibal nega que PT prejudique o BNDES, como acusou Aloysio

Anibal Diniz (PT-AC) negou ontem que a gestão do governo petista seja responsável pela queda no lucro registrada ano passado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Essa acusação havia sido feita

sexta-feira por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

O BNDES tem sido um banco muito lucrativo ao longo dos últimos anos, segundo Anibal, “mesmo não sendo essa sua motivação essencial”. Ele reconheceu que houve redução

do lucro no ano passado, mas disse que foram fatores pontuais. Também destacou que esse lucro, estimado em R\$ 8,2 bilhões, seria o terceiro maior da história do banco.

Anibal disse que a média de lucro do BNDES na gestão do

PSDB foi de R\$ 742 milhões ao ano, enquanto a média sob gestões do PT é de R\$ 5,85 bilhões. Ele acrescentou que a rentabilidade sobre o patrimônio líquido do BNDES “supera em muito o alcançado, por exemplo, pelo Banco Mundial”.



Ministro diz que transposição do Rio São Francisco termina em 2015

Em debate com senadores, Fernando Bezerra também falou sobre municípios em emergência, seca no Nordeste e construção da Ferrovia Transnordestina

O MINISTRO DA Integração Nacional, Fernando Bezerra, disse ontem, no Senado, que terminarão no final de 2015 as obras da transposição do Rio São Francisco, um dos principais temas discutidos com os senadores da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Segundo Fernando Bezerra, as obras envolvem 4.150 pessoas e mais 4 mil trabalhadores devem ser mobilizados até julho. O ministro informou que o eixo norte já está em fase de remobilização e espera que o eixo leste, que está em fase de término de licitação, possa ser remobilizado até agosto.

—A nossa expectativa é que em 2014 a gente tenha 100 quilômetros de água no eixo leste e 100 quilômetros de água no eixo norte, e todo o empreen-



Ao lado do presidente da CDR, Antonio Carlos Valadares (E), Fernando Bezerra debate com os senadores da comissão

dimento concluído até o final de 2015 — estimou Bezerra.

O senador Cícero Lucena (PSDB-PB), que integra a Comissão Externa para Acompanhar os Programas de Transposição e Revitalização do Rio São Francisco e visitou a região nos dias 7 e 8 de março, disse ao ministro Fernando

Bezerra que ficou satisfeito ao ver as obras.

O parlamentar relatou, no entanto, que, durante a viagem, viu vários animais mortos no caminho por causa da seca.

Durante a audiência de ontem na CDR, Fernando Bezerra também apresentou a nova Política Nacional de De-

envolvimento Regional (*leia ao lado*). O debate, conduzido pelo presidente da comissão, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), incluiu, além da transposição, as situações de emergência e de calamidade pública em municípios, a seca no Nordeste e a construção da Transnordestina.

Ana Amélia aponta burocracia para município obter recursos

No debate na ontem, a senadora Ana Amélia (PP-RS) questionou a burocracia para que os municípios que sofrem desastres consigam recursos. Segundo ela, somente 8% dos municípios recebem recursos no primeiro ano do evento, além de terem de encaminhar vários documentos para ser reconhecida a situação de emergência ou calamidade pública.

O ministro Fernando Bezerra explicou que, desde janeiro, o reconhecimento das situações de desastre não precisa mais ser feito pessoalmente, por meio de documentos. O procedimento é feito pela internet em até 24 horas.

— Em relação à liberação de recursos para reconstrução ou para prevenção, de fato, nós somos obrigados a cumprir as normas das secretarias de controle no sentido da exigência da documentação. Quando nós chegamos, o número de documentos era da ordem de 32. Nós conseguimos reduzir para 21 e continuamos trabalhando para ver se é possível racionalizar mais, para que a burocracia seja menor — afirmou Bezerra.

Wellington destaca potencial do Programa Mais Irrigação

Fernando Bezerra informou que o ministério deve realizar, no Rio Grande do Norte, uma reunião da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) para discutir a seca, que ele classificou como uma das mais severas dos últimos 60 anos. A CDR será convidada para o encontro, que também reunirá todos os governadores da região.

Questionado pelo senador Wellington Dias (PT-PI), o ministro disse que há R\$ 5 bilhões alocados para o Programa Mais Irrigação, lançado em novembro.

— Num primeiro momento, estamos adquirindo 20 mil [kits de irrigação] para 20 mil famílias na região semiárida. É pouco, mas estamos querendo consolidar para que isso possa despertar o interesse dos governos estaduais e das prefeituras.

Segundo Wellington Dias, o resultado para cada família pode ser uma renda anual líquida acima de R\$ 20 mil, com ou sem seca.

— Dá pra tirar gente do Brasil sem Miséria e resolve o problema da emergência — avaliou o senador.

Bezerra prevê retomada da Transnordestina neste semestre

Os senadores também debateram a demora na construção da Ferrovia Transnordestina, que vai ligar a cidade de Eliseu Martins, no Piauí, aos Portos de Suape, em Pernambuco, e Pecém, no Ceará, num total de 1.728 quilômetros. Wellington Dias questionou a paralisação de investimentos e a dificuldade de cumprir o cronograma da obra.

Bezerra disse ao senador que será assinado, ainda em março, um novo contrato de concessão com a empresa Transnordestina Logística e que as obras no trecho Missão Velha—Pecém estão sendo retomadas. No caso de Piauí e Pernambuco, existe disputa entre o grupo da Transnordestina e o consórcio construtor, mas o ministro informou que essa fase está chegando ao fim, o que deve permitir a retomada das obras.

— Neste primeiro semestre ainda, assinando o contrato de concessão, a gente deve ver a remobilização completa da obra da Transnordestina — afirmou Bezerra, destacando a intenção de recuperar a antiga malha ferroviária do Nordeste.

Cícero teme mais atrasos no cronograma de obra

Cícero Lucena (PSDB-PB) relatou ontem visita feita pela Comissão Externa para Acompanhar os Programas de Transposição e Revitalização do Rio São Francisco ao eixo norte do projeto. Ele teme que o governo não consiga cumprir o prazo de bombear água pelos primeiros 100 quilômetros desse eixo até o final de 2014.

Segundo o senador, autor do pedido de instalação da

comissão especial, serão necessários pelo menos seis meses de bombeamento de água para encher esses 100 quilômetros. Assim, para cumprir o prazo, seria necessário finalizar as obras da Estação Elevatória 1 no final deste ano.

— Ou então, com certeza, a meta, que nos preocupa muito porque estão prometendo para um ano eleitoral, não será executada — afirmou.

Cícero chamou a atenção para a necessidade de um planejamento correto em todas as fases, especialmente a de alimentação energética para teste e bombeamento.

— Caso contrário, a obra não irá, mais uma vez, cumprir o cronograma, e o que é pior, cumprir seus objetivos — alertou o parlamentar.

A comissão visitará o eixo leste em 4 e 5 de abril.



Senador relata visita de comissão à obra de transposição do São Francisco

Desenvolvimento regional ganhará novas diretrizes

As diretrizes da nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) foram apresentadas ontem pelo ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR). Ele explicou que a meta é assegurar que, em dez anos, nenhuma região do país apresente renda per capita abaixo de 75% da renda média nacional.

Bezerra anunciou que terça-feira acontecerá em Brasília a primeira Conferência Nacional do Desenvolvimento Regional, fornecendo contribuições para o governo encaminhar ao Congresso, 90 dias depois, um projeto para instituir a PNDR. Ele disse que o Brasil convive simultaneamente com crescimento econômico e redução da desigualdade social.

— No esforço também de crescimento brasileiro, conseguimos reduzir de forma acentuada os desequilíbrios regionais.

Três objetivos

Sem a nova PNDR, disse Bezerra, o país demoraria cerca de 60 anos para nenhuma renda per capita ser inferior a 75% da renda média nacional. Para alcançar a meta, segundo o ministro, o programa tem três grandes objetivos. O primeiro é um novo modelo de governança, com a criação de um Conselho Nacional de Desenvolvimento Regional. O segundo consiste num pacto de metas, para cada área do governo. O terceiro é que a reforma tributária inclua a aprovação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional.

— Essa proposta já se encontra pronta para discussão no Congresso — afirmou o ministro.

Bezerra encerrou a fala na CDR afirmando que ainda há muito a ser feito para alcançar o equilíbrio federativo. Segundo ele, hoje o Nordeste apresenta uma renda per capita que está 45% abaixo da média nacional, e o objetivo da nova PNDR é mudar essa realidade em dez anos.

— Este país tem condições, este país pode sonhar e, mais que sonhar, este país pode realizar o que foi sonho para muitas e muitas gerações — afirmou o ministro.

Governadores pedem ao Congresso novo pacto federativo

Em reunião com os presidentes do Senado e da Câmara, estados explicaram importância de mudanças que ajudem a equilibrar as contas; eles querem juros mais baixos na dívida com a União e maior transferência de verbas federais

MENOS JUROS, PARTICIPAÇÃO na receita das contribuições da União, limite para transferência de encargos a estados e municípios e fim da cobrança de tributos entre os entes federados foram as reivindicações feitas pelos governadores em reunião ontem com os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves.

Na parte dos juros, o porta-voz dos governadores foi André Puccinelli, de Mato Grosso do Sul. Eles querem redução de 33% no comprometimento da receita corrente líquida. Para isso, sugeriram uma emenda ao projeto de lei (PLP 238/13, em tramitação na Câmara) que corrige as dívidas dos estados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais juros de 4% ao ano. Atualmente, o saldo devedor dos estados e municípios é atualizado pelo Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI) mais juros de 6% a 9%.

Banco privado

Os governadores reivindicam mais facilidades para negociar essas dívidas com bancos privados, que, segundo Puccinelli, oferecem condições mais vantajosas do que a União. Ele citou o caso de Santa Catarina, que paga a União juros de 12% e recebeu oferta de bancos privados de 4% ao ano.

A importância da redução do limite de comprometimento da receita corrente líquida foi ilustrada por Puccinelli com um exemplo: com um orçamento de US\$ 6 bilhões, Mato Grosso do Sul pagou no ano passado R\$ 729 milhões apenas em encargos de sua dívida. Com a medida, o estado desembolsaria um valor menor e teria mais dinheiro para investir.

Os governadores desejam ainda a aprovação do Projeto de Resolução do Senado (PRS) 14/13, do senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), que amplia o limite de endividamento anual dos estados e municípios, desde que os recursos sejam investidos em educação, saúde, mobilidade urbana, segurança e meio ambiente.

O projeto aumenta para até 30% da receita corrente líquida o montante de operações que os estados e municípios podem contrair em empréstimos anualmente. Hoje esse teto é de 16%. Se aprovada, a mudança valerá para os anos de 2013 e 2014.



Os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Eduardo Alves, debatem no Congresso com os 27 governadores e os líderes partidários: pedido de um novo pacto federativo

Lista de propostas inclui novos tributos nos fundos de participação

O governador do Ceará, Cid Gomes, detalhou outro pedido dos estados: a inclusão da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) no Fundo de Participação dos Estados (FPE) e no Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Cid Gomes lembrou que as contribuições, que antes da Constituição de 1988 representavam 23% das receitas da União, hoje correspondem a 55%. Os Impostos de Renda (IR) e sobre Produtos Industrializados (IPI), que representavam 77%, hoje contribuem com apenas 45% do montante.

Em troca da inclusão das contribuições, os governadores aceitam a redução de 21,5% para 13% das parcelas do IR e do IPI que compõem o FPE e de 23,5% para 13,5% da fração desses mesmos impostos que integram o FPM.

A sugestão dos governadores é de elevação gradativa dos percentuais, até a obtenção de um equilíbrio que favoreça estados e municípios, que hoje não participam da repartição dessas contribuições.



Os governadores Cid Gomes (Ceará), Marconi Perillo (Goiás) e Geraldo Alckmin (São Paulo)

O governador de Pernambuco, Eduardo Campos, pediu a aprovação da PEC 172/12, em tramitação na Câmara dos Deputados, segundo a qual a lei não imporá nem

transferirá qualquer encargo ou prestação de serviços aos estados ou municípios sem a previsão de repasses financeiros necessários ao seu custeio.

Pedidos dos estados ajudarão a guiar Congresso, afirma Renan



Renan Calheiros: "Temos agora um rumo"

O presidente do Senado, Renan Calheiros, avaliou como positiva a reunião com os governadores, realizada no Congresso Nacional.

— Do ponto de vista da Câmara e do Senado, temos agora um rumo para pautar as prioridades da Federação — disse Renan.

O pacto federativo engloba temas como a divisão da receita dos impostos entre estados, municípios e União, a unificação das alíquotas do ICMS, a dívida dos estados com

a União e o Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Renan disse que a presidente Dilma Rousseff promulgará a nova lei de partilha dos royalties do petróleo, após a derrubada dos vetos pelo Congresso. A partir do recebimento da mensagem, a presidente tem 48 horas para promulgar o texto. Caso não o faça, o presidente do Senado o fará, conforme manda a Constituição.

— Se a presidente não promulgar, eu acho que ela vai promulgar, nós vamos promulgar — afirmou.

A derrubada dos vetos motivou protestos das bancadas do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, estados produtores de petróleo. Renan observou que o objetivo do Congresso é buscar o equilíbrio federativo.

— Se tivéssemos administrado os temas de uma vez só, a coisa talvez teria andado de forma mais lógica dentro do que se quer, que é proteger o equilíbrio federativo.

— Considerando que o principal objetivo do FPE

Pinheiro: estados precisam ter mais capacidade para investir

Parlamentares se reuniram ontem para discutir o cronograma de tramitação dos projetos do pacto federativo. O senador Walter Pinheiro (PT-BA) declarou seu otimismo com uma solução de consenso que integre o projeto de resolução (PRS 1/13) que unifica o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) com a medida

provisória que compensa perdas do ICMS por meio de fundos de compensação e desenvolvimento regional (MP 599/12) e o projeto de renegociação da dívida dos estados (PLP 238/13):

— Precisamos permitir que os estados ampliem sua capacidade de investimento e, ao mesmo tempo, ganhem autonomia para decisão em relação a seus investimentos.

Sugestão de governadores sobre royalties é sensata, avalia Lopes

Eduardo Lopes (PRB-RJ) elogiou a proposta, feita por 16 governadores de estados não produtores de petróleo, de um novo acordo sobre a redistribuição dos royalties do petróleo, mantendo-se a validade dos contratos em vigor.



Eduardo Lopes/Agência Senado

Para o senador, a sugestão dos governadores, que se reuniram em Brasília ontem,

foi formulada pelo temor de sofrerem uma derrota no julgamento de ações propostas pelos estados produtores no Supremo Tribunal Federal (STF).

— Confesso que, nos últimos dias, depois daquela acalorada discussão no Congresso, [a proposta de acordo] é a coisa mais sensata que ouço — disse.

Gurgacz diz que Amazônia deve receber mais recursos federais

Acir Gurgacz (PDT-RO) comentou as propostas para o novo pacto federativo, que, na avaliação dele, deixam vários estados "em situação de insegurança". Para ele, seria injusto não compensar a Amazônia, mediante Fundo de Participação dos Estados (FPE), pela preservação do patrimônio ambiental:



Acir Gurgacz/Agência Senado

— Considerando que o principal objetivo do FPE

é promover a redução das desigualdades entre estados e regiões, é necessário que tenhamos um olhar diferenciado sobre a Amazônia.

O senador manifestou preocupação com a proposta de reforma do ICMS, que unificará as alíquotas estaduais. Ele teme que as indústrias não tenham mais estímulo para se instalar fora do Sul e do Sudeste.

Para Alvaro, presidente Dilma deveria ter participado do debate

Alvaro Dias (PSDB-PR) considerou "um avanço" a reunião de ontem entre governadores e líderes partidários no Congresso para o debate sobre o novo pacto federativo. Ele, porém, disse estranhar a ausência da presidente Dilma Rousseff na discussão.



Alvaro Dias/Agência Senado

O senador lembrou que apresentou projetos importantes para equilibrar

a distribuição de recursos públicos entre os entes federativos. Ele destacou a PEC 23/09, que estabelece o repasse de 23% da arrecadação das contribuições sociais para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Segundo ele, os municípios são os mais prejudicados com concentração de recursos nos cofres da União.



Relator da comissão que analisa a MP 599/12, Walter Pinheiro (D) anunciou dois debates com secretários de Fazenda

Comissão poderá ouvir Guido Mantega sobre ICMS

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, pode ser ouvido pela comissão mista que analisa a medida provisória que compensa os estados por perdas com as mudanças no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

A intenção foi anunciada pelo relator da comissão, Walter Pinheiro (PT-BA). A proposta do relator é ouvir dois secretários estaduais de Fazenda por região do país, divididos em duas audiências, marcadas para 20 e 26 de março. Na semana seguinte, seria ouvido o ministro da Fazenda, Guido Mantega. Depois, os parlamentares da comissão se reunirão para tratar das emendas propostas à MP 599/12.

Por sugestão do presidente da

PPPs

Mantega também deve ser ouvido nas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infraestrutura (CI), em audiência conjunta no dia 21. Pela CI, foi aprovado requerimento de Clésio Andrade (PMDB-MG) propondo que o ministro discuta

as oportunidades de parcerias público-privadas (PPPs) em projetos de infraestrutura. Mantega deve falar ainda sobre a unificação do ICMS e oportunidades de investimento.

Os senadores da CI aprovaram outro requerimento de Clésio Andrade propondo que a implementação de PPPs também seja discutida com o presidente da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), Bernardo Figueiredo, em data a ser confirmada. Foi acolhido ainda requerimento de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) convidando o diretor-geral do Dnit, Jorge Ernesto Fraxe, a prestar esclarecimentos sobre problemas estruturais nas rodovias concluídas pela estatal nos últimos dois anos.

Taques quer mais atenção à reforma do pacto federativo

Apesar da importância, a reforma do pacto federativo não está sendo debatida com profundidade, afirmou Pedro Taques (PDT-MT). O senador criticou as duas propostas em tramitação no Congresso, o PRS 1/13 e a MP 599/12, que tratam das novas regras para o ICMS.



Pedro Taques/Agência Senado

— Da forma como a mudança está sendo desenhada, a fraude poderá aumentar e as empresas, que já recebem benefícios fiscais, passam a ter uma vantagem indevida sobre as que pretendem começar a funcionar, o que prejudica os investimentos — disse.

E a MP 599/12 também não será suficiente, na percepção do senador. Segundo Taques, a compensação de receitas aos estados teria limites de valor e prazo que não garantiriam recursos suficientes para custear os serviços públicos.

Projeto pode passar por Desenvolvimento Regional

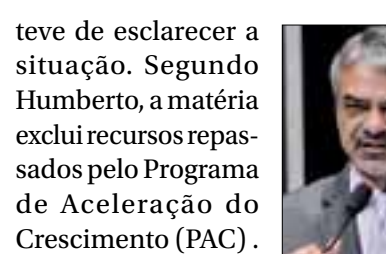
Em reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), Ricardo Ferraço (PMDB-ES) solicitou o apoio do presidente do colegiado, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), para que o projeto de resolução que unifica as alíquotas do ICMS (PRS 1/13) seja analisado também na comissão. A proposição está em debate na CAE e deve seguir depois para o Plenário.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) também informou ter apresentado um requerimento para que o PRS seja analisado na CDR. Valadares elogiou as iniciativas e disse que o Senado não deve tomar nenhuma decisão sobre o assunto sem ouvir a comissão. Ferraço criticou o cronograma para votação da resolução até o dia 26 em Plenário e o requerimento para regime de urgência. "Como votar um tema dessa dimensão, que implica elevados impactos econômicos ou sociais em nosso estado, a toque de caixa?", questionou.

Humberto: governo não ignora Pernambuco

Humberto Costa (PT-PE) criticou matéria publicada no domingo pelo jornal *O Estado de S. Paulo* segundo a qual o governo Dilma diminuiu os repasses para Pernambuco, cujo governador, Eduardo Campos (PSB), é tido como potencial candidato à Presidência da República em 2014.

O senador disse que a reportagem ignorou números importantes e destacou que o Ministério do Planejamento



Humberto Costa/Agência Senado

teve de esclarecer a situação. Segundo Humberto, a matéria excluiu recursos repassados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Com base nos dados do Ministério, o senador disse que, entre 2011 e 2012, o repasse de verbas do governo federal para Pernambuco foi 22% superior ao período entre 2007 e 2010.

Os investimentos na Petrobras local também aumentaram, conforme o senador, chegando a R\$ 25 bilhões nos últimos dois anos. Humberto registrou que o governador Eduardo Campos e o prefeito do Recife, Geraldo Júlio, já manifestaram que não há discriminação do governo federal com o estado ou a capital pernambucana.



Plataforma P-59 da Petrobras: tucanos realizaram seminário na Câmara para discutir dificuldades da companhia

Gestão da Petrobras gera polêmica entre PSDB e PT

Aécio disse que PT usa a empresa como instrumento de política monetária e partidária, enquanto Viana e Wellington rebateram críticas comparando números da companhia nas gestões petistas e no governo FHC

A GESTÃO DA Petrobras gerou debate ontem, em Plenário, entre Aécio Neves (PSDB-MG), por parte da oposição, e Jorge Viana (PT-AC) e Wellington Dias (PT-PI), do lado do governo.

Aécio comentou, em discurso, problemas de aparelhamento, ineficiência e equívocos na transição do modelo de concessões para o modelo de partilha na exploração do petróleo. Também questionou a regularidade da aquisição de refinarias no país e no exterior.

Ele disse que documento divulgado pela companhia corrobora a avaliação sobre as dificuldades discutidas no seminário *Recuperar a Petrobras é Nosso Desafio*, realizado ontem pelo PSDB na Câmara.

O senador ressaltou que a queda do valor de mercado da companhia foi confirmada em 41,2%, com expectativa de recuperação das perdas apenas ao longo dos anos.

— Isso só vai ocorrer no momento em que tiver uma gestão empresarial correta, com a visão clara de mercado, e deixar de ser um instrumento de política monetária e partidária do governo — avaliou.



Aécio cita documento que indica queda de 41,2% no valor da empresa

Ao rebater as críticas, Viana citou vários dados confrontando a situação da empresa durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e os de Lula e Dilma.

— Em 2002, a receita da Petrobras, quando o PT recebeu o governo do PSDB, era de R\$ 69 bilhões, atingindo, em 2012, R\$ 281 bilhões de reais. Essa é a gestão técnica do PT. Essa é a nossa Petrobras. Petrobras do Brasil. A outra era a Petrobras que eles tinham como problema. Para nós do PT, Petrobras é solução, é



Viana: valor subiu de US\$ 15 bi, na gestão FHC, para US\$ 126 bi com o PT

estratégica para o Brasil se firmar diante do mundo — disse.

Sobre o valor de mercado, Viana disse que, na gestão FHC, o montante era de US\$ 15 bilhões, que cresceram para US\$ 126 bilhões nos governos petistas. Em aparte, Wellington alertou para os efeitos prejudiciais das críticas à imagem da companhia.

— Estamos falando de uma companhia que está investindo, neste instante, cerca de R\$ 230 bilhões. Que empresas em dificuldades investem esse montante? — questionou.

Ferraço questiona mudança de estaleiro

Presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), Ricardo Ferraço (PMDB-ES) anunciou que o colegiado fará hoje uma reclamação formal ao ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, para que se apure o envolvimento do embaixador do Brasil em Cingapura, Luis Fernando Serra, na construção de um estaleiro no Brasil. A denúncia é de que o embaixador estaria propondo à empresa Jurong a transferência do estaleiro que começou a construir no Espírito Santo para o litoral norte do Rio de Janeiro.

O empreendimento avaliado em R\$ 500 milhões geraria 6 mil empregos diretos no



Senador questiona ações do embaixador do Brasil em Cingapura

estado. A transferência para o Rio beneficiaria o empresário Eike Batista, proprietário do terminal portuário do Porto do Açú, em São João da Barra (RJ). No convencimento aos empresários, o embaixador estaria usando o nome dos ministros

da Fazenda, Guido Mantega, e do Desenvolvimento, Fernando Pimentel. Ferraço contou que a história foi publicada ontem pelo jornal capixaba *A Gazeta*.

— Passamos um dia de intenso trabalho aqui em Brasília, conversando com ministros. Todo o relato dá conta que o embaixador Serra teria procurado essa companhia em nome do governo federal.

Ferraço acrescentou que o Espírito Santo sofreu dois grandes golpes na economia nos últimos tempos: a diminuição das alíquotas do ICMS sobre importações, que diminuiu a arrecadação, e a nova divisão dos royalties do petróleo.

Senado estende regime especial do petróleo para toda a área da Sudene

Foi aprovado ontem na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) projeto (PLS 68/11) que estende o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera (Repenec) a todos os municípios na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

O Repenec (Lei 12.249/10) concede benefícios relativos ao PIS-Pasep, Cofins e IPI a projetos de infraestrutura nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nos setores petroquímico, de refino de petróleo e de produção de amônia e ureia a partir do gás natural.

Além do Nordeste, a Sudene cobre municípios do norte de Minas Gerais e do Espírito Santo. O relator do projeto, Armando Monteiro (PTB-PE), apresentou substitutivo ao texto original de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) para, entre outras medidas, ampliar os segmentos beneficiários do Repenec, incluindo todos os produtos e subprodutos do setor petroquímico, de refino de petróleo e de produção de amônia e ureia.

Com a aprovação na CI em caráter terminativo, o texto segue agora para análise da Câmara dos Deputados, se não for apresentado recurso para votação no Plenário do Senado.

Cyro diz que Brasil é nau sem rumo no planejamento da educação

Cyro Miranda (PSDB-GO), que é presidente da Comissão de Educação e Cultura (CE), disse ontem que falta planejamento na educação brasileira. Ele lembrou que o Plano Nacional de Educa-

ção para o decênio 2000-2010 perdeu vigência há mais de dois anos, mas um novo texto ainda não foi aprovado. Para o senador, o Brasil é uma nau sem rumo nessa

área, e a culpa é principalmente do ex-presidente Lula, que enviou tardiamente o projeto ao Congresso.

Enviado ao Congresso em 2010, o PLC 103/12, que trata do plano, foi aprovado em

outubro de 2012 pela Câmara e hoje tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, antes de ser analisado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e pela CE.



— Só há um caminho para vencer o círculo vicioso da pobreza: a educação. O que se vê no Brasil hoje é vergonhoso: um desempenho pífio, semelhante ao da economia — disse.

Cyro afirmou que o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, “deve estar tendo aulas com o ministro da Fazenda, Guido Mantega e a equipe econômica sobre como manipular números”.

Inácio anuncia construção de campus universitário em Crateús

Inácio Arruda (PCdoB-CE) comunicou ao Plenário o início da construção do campus da Universidade Federal do Ceará na cidade de Crateús, região do semiárido cearense. O complexo universitário oferecerá três cursos de Engenharia: de Minas, Ambiental e Civil, além dos cursos de Sistemas de Informação e Ciência da Computação.

São estimados 1.400 alunos e 82 professores universitários. Segundo o senador, o investimento alcançará R\$ 31,2 milhões, dos quais quase R\$ 4 milhões irão para assistência estudantil.

Para Inácio, essa expansão

da rede de ensino em Crateús é o primeiro degrau da expansão econômica da região, porque traz empregos e mais qualificação. Ele assinalou que está sendo formado um polo de educação superior



no semiárido cearense, já que na cidade de quase 80 mil habitantes estão presentes o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e a Universidade Estadual do Ceará.

— A educação deve contribuir para a evolução da consciência política do nosso povo, e em particular da classe trabalhadora. Precisamos de cidadãos preparados cientificamente e tecnologicamente.

Debate aponta ineficiência nos portos do Brasil

Excesso de burocracia e baixos investimentos no sistema portuário prejudicam competitividade do país no mercado internacional, segundo participantes de audiência pública

REPRESENTANTES DE SETORES como indústria, transportes e agricultura disseram ontem, em audiência pública na comissão mista que examina a Medida Provisória dos Portos (MP 595/12), que o sistema portuário brasileiro precisa ser desburocratizado e tornar-se mais eficiente para o país conseguir mais competitividade no mercado internacional. A MP alterou o marco legal do setor portuário, passando para a Secretaria Especial de Portos, vinculada à Presidência da República, a responsabilidade pelo planejamento de todo o sistema.

O relator, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), informou que a validade da MP foi prorrogada até 16 de maio e adiantou que pretende votar seu relatório em 10 de abril, para dar tempo de o texto ser votado na Câmara e no Senado.

Kátia Abreu (PSD-TO) disse que os portos brasileiros são ineficientes e argumentou que os R\$ 5 bilhões investidos pelo Brasil nos últimos dez anos são quase o mesmo que está sendo gasto na construção de apenas três estádios para a Copa de 2014.



Eduardo Braga, Kátia Abreu e José Pimentel discutem a MP dos Portos com representantes da indústria, transportes e agricultura

O deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), o Paulinho da Força, criticou a MP dizendo que, no seu entender, a proposta traz mudanças que farão o sistema privado de portos “quebrar o sistema público de portos”. Ele defendeu os órgãos gestores de mão de obra portuária e disse que um trabalhador portuário recebe menos de R\$ 0,50 para embarcar cem toneladas de soja e menos de R\$ 5 para embarcar um contêiner.

O consultor de logística da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Luiz Antonio Fayet, disse que o agronegócio avançou muito no

Brasil nas últimas décadas, mas os custos logísticos acompanharam esse crescimento. Atualmente, segundo o consultor, o custo logístico da agricultura brasileira é quatro vezes maior que na Argentina e nos Estados Unidos.

Redução de custos

Para Fayet, o Brasil apresenta enorme demanda por investimentos em infraestrutura. Ele elogiou a MP afirmando que ela mostra o foco do governo na redução dos custos operacionais dos portos, na segurança jurídica e na simplificação dos procedimentos burocráticos. O consultor da CNA

afirmou ainda que a estrutura portuária brasileira é deficiente, com portos públicos apresentando “problemas estruturais bastante graves” e que falta aos portos nacionais mais capacidade de atracação para grandes navios. Segundo ele, a melhoria da infraestrutura portuária é mais necessária na Região Norte, devido ao crescimento acelerado do agronegócio na região.

A comissão já ouviu representantes de patrões e de empregados. A reunião de ontem foi conduzida pelo presidente do colegiado, deputado José Guimarães (PT-CE). O vice-presidente é o senador José Pimentel (PT-CE).



Bruno Batista e Luiz Antonio Fayet concordam que o transporte marítimo precisa de mais investimentos

Rodovias ruins encarecem produção, afirma representante da indústria

O vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria José de Freitas Mascarenhas informou que a entidade tem preocupação permanente em melhorar e aumentar a competitividade da indústria brasileira. Segundo ele, produzir no Brasil custa muito, o que favorece o aumento das importações. O principal problema, disse, é a infraestrutura de transportes, que encarece a produção: rodovias de má qualidade, portos deficientes e ausência de ferrovias dificultam o setor industrial.

Mascarenhas defendeu que o país precisa de um sistema integrado eficiente de transporte e logística. Disse que o Brasil tem um dos piores sistemas portuários do mundo, ficando na 135ª posição em ranking de 144 países.

— Os portos são o principal gargalo da nossa cadeia logística. Isso compromete a competitividade da economia brasileira. Só o porto de Xangai, na China, movimenta mais contêineres

que todos os portos brasileiros. A infraestrutura brasileira não é eficiente. Essa MP tenta recuperar o déficit da infraestrutura nacional — afirmou.

O representante da Confederação Nacional do Transporte, Bruno Batista, também afirmou que a infraestrutura de transportes é ineficiente e aquém da demanda dos setores produtivos. Ele reclamou que os investimentos públicos em transporte marítimo são bastante reduzidos e que a burocracia é um problema muito grave. Batista citou como problemas do setor o elevado custo tarifário, o alto custo médio de movimentação de contêineres e o grande tempo de espera para atracação, quase sempre superior a 48 horas.

— O Brasil precisa de novos portos, o transporte nacional está saturado em todas as suas modalidades. Os acessos rodoviários e ferroviários aos portos também precisam de melhorias — afirmou Batista.

Infraestrutura nacional precisa se modernizar, segundo empresários

O empresário Jorge Gerdau Johannpeter, ex-coordenador da entidade Ação Empresarial, disse que o Brasil precisa de custos competitivos, serviços de qualidade, terminais portuários modernos e sistemas de escala de atracação bem organizados. Na opinião dele, o Brasil está atrasado pelo menos R\$ 300 bilhões em investimentos em infraestrutura.

— No momento das safras, o Brasil vive verdadeiro caos, com milhares de caminhões enfileirados nos portos esperando dias — disse.

Para Gerdau, a MP traz avanços por valorizar princípios como produtividade, baixo custo, eficiência e competitividade. Ele também elogiou os órgãos gestores de mão de obra portuária (Ogmos). Segundo ele, esse tipo de associação existe em todo o mundo e, ao gerenciarem a mão de obra avulsa, garantem o respeito aos direitos trabalhistas.

Apesar de acusar a MP de criar assimetria de tratamento entre portos privados e públicos, Jorge Gerdau elogia o texto por promover mudanças nos processos de licitação, priorizando o menor preço por movimentação de carga.

O diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) Carlos Antonio Cavalcante defendeu uma ampla reforma portuária. Ele elogiou o governo federal pelo empenho na melhoria das rodovias, ferrovias, aeroportos e sistema energético nos últimos anos. Agora, comemorou, chegou a hora da modernização dos portos, com melhoria da gestão e participação da iniciativa privada.

Para Cavalcante, muitas concessões públicas de portos estão vencidas há 20 anos e não deveriam ser renovadas, mas sim licitadas novamente em busca de melhores preços e mais qualidade nos serviços.



Jorge Gerdau Johannpeter avalia um atraso de R\$ 300 bilhões nos investimentos em infraestrutura

Responsáveis poderão ter que ressarcir benefício à Previdência

Projeto que permite a cobrança de gastos decorrentes de violência doméstica e acidente de trânsito foi aprovado na CAS

MUITAS VEZES A violência doméstica e os acidentes de trânsito resultam em danos que levam as vítimas a dependerem de benefícios da Previdência Social, como nos casos em que precisam se afastar temporariamente do trabalho ou se aposentar por invalidez. Projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) assegura maior respaldo para a Previdência cobrar dos responsáveis pela agressão ou acidente os valores pagos a título de benefício.

Pela legislação previdenciária vigente, as ações regressivas podem ser propostas pelo INSS para garantir ressarcimento de despesas com benefícios pagos nos casos de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais em que se comprova a culpa do empregador para as ocorrências.

Segundo a proposta de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), essa legislação será alterada para acrescentar como motivo para a iniciativa judicial os acidentes de trânsito decorrentes de infrações gravíssimas e a violência doméstica e familiar contra a mulher.



Projeto responsabiliza o responsável por acidente de trânsito por eventuais custos previdenciários

Valadares destacou na justificativa a expectativa de que a proposta, se convertida em lei, produza forte impacto para a redução de acidentes de trânsito e da violência contra a mulher, em razão da dimensão “punitiva e pedagógica”.

O relator, Vital do Rêgo (PMDB-PB), recomendou a aprovação da matéria, que seguirá agora para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para decisão terminativa. O INSS e a Advocacia-Geral da União (AGU) já

adotaram o entendimento geral de que as ações regressivas são cabíveis em todos os casos de atos ilícitos penais dolosos (com intenção) e, excepcionalmente, também os culposos (sem intenção) que resultarem em lesão corporal, morte ou perturbação funcional com impacto sobre as despesas.

A conversão em lei do projeto que passou na CAS reforçará, por conter previsão explicitada na legislação, as chances de sucesso da Previdência com essas ações de ressarcimento.

Exame médico para caminhoneiro autônomo

Transportadores autônomos de cargas podem ser obrigados a passar por avaliação anual de saúde, segundo projeto aprovado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

A matéria ainda precisa ser analisada pela CAS, onde receberá decisão terminativa, podendo então seguir para a Câmara dos Deputados, se aprovada.

O autor, Eduardo Amorim (PSC-SE), argumenta que os caminhoneiros estão sujeitos a condições de trabalho que provocam riscos à saúde, enfrentando jornada de trabalho excessiva, pouco tempo para repouso, alimentação irregular, postura inadequada e estresse psicológico causado pela condução nas estradas. Ainda segundo o senador, esses motoristas, por não terem vínculo empregatício, têm dificuldade de acesso a atendimento médico em saúde ocupacional.

Com a proposta, Amorim quer condicionar a renovação de inscrição no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC) ao controle da saúde física e psicológica desses profissionais.

De acordo com a proposta (PLS 407/12), as normas para a

avaliação anual serão especificadas em regulamento e conduzidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

O relator, Gim (PTB-DF), observou que motoristas com boa saúde física e psicológica dirigirão com mais atenção e cuidado, o que contribuirá para melhorar a segurança nas estradas.

— O Departamento Nacional de

Infraestrutura de Transportes (Dnit) registrou, em 2011, cerca de 330 mil acidentes nas estradas federais, dos quais 93 mil envolveram veículos de carga — contou.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) informou que pretende apresentar emenda na CAE para que a medida também seja obrigatória para motoristas de ônibus.



Caminhoneiros passam por exames em Paranaguá (PR): avaliação de saúde anual pode ser obrigatória

Proibição de trabalho para menor de 16 anos deve constar de estatuto

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente para evidenciar que o trabalho é proibido para os menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos. A medida deverá servir para harmonizar as regras do ECA com o que prevê a Constituição.

O texto aprovado é um substitutivo de Paulo Davim (PV-RN) a projeto (PLS 389/11) de Vital do Rêgo (PMDB-PB). A proposta também trata da proibição da venda de produtos fumígenos (tabaco e outros à base de nicotina) a menores. E, por isso, tramitam em conjunto com o projeto outras duas proposições sobre o tema — o PLS 568/11, de Humberto Costa (PT-PE), e o PLS 357/11, de Blairo Maggi (PR-MT) — que foram rejeitadas. Davim explicou que a restrição à venda de produtos com componentes que possam causar dependência já está prevista no ECA e em outras normas. Os projetos vão seguir agora para a Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Ana Rita pede que a aprovação do Estatuto da Juventude ocorra neste ano

Ana Rita (PT-ES) defendeu a aprovação, ainda este ano, do Estatuto da Juventude (PLC 98/11), que trata dos direitos, princípios e diretrizes das políticas públicas para os jovens.



Pedro Franco / Agência Senado

A senadora apontou o consumo e o tráfico de drogas, a violência no trânsito e a impunidade, com baixa solução de crimes, como as principais situações que condenariam os jovens “à morte e ao extermínio”. Ana Rita também descreveu o perfil das vítimas: têm entre 15 e 19 anos, na maioria negros e de baixa renda. Ela disse que, de cada três mortos por armas de fogo no país, dois têm até 29 anos

—Quando a família, as instituições públicas e religiosas não cumprem seu papel, quando faltam boas referências aos jovens, o tráfico assume esse lugar. Os jovens sofrem condenação à morte quando são excluídos da sociedade, relegados ao esquecimento, seja por parte das políticas públicas, seja pela própria sociedade que os marginaliza.

Mesa do Senado Federal

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

SUS deverá reconstruir mama após retirada

Aprovado na CAS, vai a Plenário projeto que obriga equipes do Sistema Único de Saúde a fazer cirurgia plástica imediatamente após a mastectomia, em casos de câncer

A RETIRADA DE mama em caso de câncer, em cirurgia realizada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), deverá ser seguida imediatamente por operação plástica para reconstruir o órgão se as condições técnicas forem favoráveis. É o que estabelece projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Pelo texto, se a colocação da prótese não for possível no mesmo momento da mastectomia (retirada da mama), a cirurgia reparadora deverá ser feita assim que a paciente alcançar a condição clínica necessária.

Proveniente da Câmara dos Deputados, a proposta (PLC 3/12) vai para exame final pelo Plenário do Senado, com pedido de urgência.

De autoria da deputada licenciada Rebecca Garcia (PP-AM), o projeto foi defendido pela relatora, senadora Ana Amélia (PP-RS). Atualmente, conforme frisou a senadora, as



Moka (D) preside a CAS, que também aprovou pedido de urgência para análise do texto em Plenário

cirurgias são adiadas indefinidamente em muitas unidades do sistema público habilitadas para o procedimento.

Por isso, Ana Amélia entende que o projeto aperfeiçoa a legislação, ao concretizar um direito já previsto em lei, para que as mulheres possam contar com a reconstrução da mama em casos de mutilação devido ao câncer.

A senadora apontou as vantagens da realização dos dois procedimentos cirúrgicos no

mesmo momento, entre elas o aproveitamento da mesma internação e da mesma anestesia, seguidas de uma só recuperação pós-cirúrgica.

Ela observou que o cirurgião também poderá obter “melhores resultados estéticos”, já que ainda não terá ocorrido a retração cicatricial. A mulher será favorecida, disse, por “acordar da cirurgia já sem a sensação de vazio, de que algo lhe está faltando”.

A relatora destacou ainda

que o câncer de mama é o segundo tipo de neoplasia mais comum entre as mulheres. De acordo com o Instituto Nacional de Câncer (Inca), mais de 50 mil brasileiras iriam desenvolver a doença em 2012.

Quando a proposta for ao Plenário, os senadores contarão com subsídios de parecer da Comissão de Direitos Humanos (CDH), a partir de relatório de Paulo Davim (PV-RN).

Para ele, apesar da

importância, o projeto está prejudicado pelo fato de o Senado já ter aprovado outra proposta com o mesmo objetivo, de autoria de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que ainda está tramitando na Câmara (PLS 43/12).

Davim explicou no relatório que o projeto da deputada Rebecca Garcia ganhou urgência para exame no Plenário da Câmara, sendo enviado então ao Senado.

Quanto ao mérito, ele observou que apenas 10% das mulheres que seriam submetidas à mastectomia em 2012 iriam sair do centro cirúrgico com a mama já reconstruída.

O senador destacou que a cirurgia imediata ocorre principalmente em hospitais privados e que, pelo SUS, no qual são atendidas as pacientes mais pobres, as mulheres seriam obrigadas a esperar mais de cinco anos pela plástica.

CPI do Erro Médico tem primeiros nomes escolhidos

Foram anunciados ontem os primeiros nomes da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Violação ao Direito Humano à Saúde. Waldemir Moka (PMDB-MS), Sérgio Souza (PMDB-PR), Sérgio Petecão (PSD-AC), Vital do Rêgo (PMDB-PB), Jayme Campos (DEM-MT), Mário Couto (PSDB-PA), Magno Malta (PR-ES) e Eduardo Amorim (PSC-SE) vão apurar erros de dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados que resultaram em lesões físicas e causaram a morte de pacientes.

Composta por 11 titulares, a CPI precisa dos últimos 3 indicados para ser instalada. Criada em fevereiro por iniciativa de Magno Malta e mais de 30 apoiadores, a CPI do Erro Médico, como foi batizada, terá 120 dias para atuar e limite de despesa em R\$ 150 mil.

A CPI foi motivada pelos frequentes casos de erros de dirigentes, médicos e profissionais



Comissão foi proposta por Magno Malta, que está entre os membros do grupo

de saúde que resultaram em morte dos pacientes. Entre eles, cinco em Brasília.

Um dos casos de grande repercussão foi a morte do então secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva Ferreira, de 56 anos, em janeiro de 2012. Duvanier teria sido levado a dois hospitais particulares de Brasília, mas, sem talão de cheques, teve o atendimento negado e morreu de infarto.

Além de apurar os casos citados no requerimento, a CPI

pretende investigar a atuação dos conselhos profissionais, da polícia, do Ministério Público e do Poder Judiciário nos casos de erros médicos; o trabalho dos órgãos da Vigilância Sanitária na prevenção e repressão; as competências legais da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS); e a necessidade de criação de varas e juizados especiais com competência exclusiva para julgar erros e crimes ocorridos em hospitais.

Campanhas poderão alertar sobre uso excessivo de psicofármacos por menor

A prevenção do uso indiscriminado, desnecessário ou excessivo de psicofármacos (medicamentos para distúrbios psiquiátricos) em crianças e adolescentes deve fazer parte dos temas das campanhas de educação sanitária promovidas pelo poder público.

A determinação deverá ser incluída no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), como previsto em projeto (PLS 247/12) aprovado ontem pela CAS.

A proposta apresentada por Ângela Portela (PT-RR) tinha ainda por objetivo proibir a indicação médica “indiscriminada, inadequada, desnecessária ou excessiva” de psicofármacos para menores. A necessidade da prescrição teria que ser comprovada de acordo com protocolos clínicos-terapêuticos aprovados pelo Ministério da Saúde. Embora concordando com

a autora, o relator, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), optou por manter apenas a orientação para a realização das campanhas de prevenção.

Entre os motivos para rejeição dos demais dispositivos do projeto original, ele alegou que a simples proibição, desacompanhada de medida punitiva, seria inócua. Além disso, salientou que a prescrição de medicamentos, em geral, e de psicofármacos, em particular, já está regulada em outras normas.

Paulo Davim (PV-RN) avaliou que, no formato original, o projeto poderia gerar uma lei sem aplicabilidade. Segundo o senador, seria difícil determinar se a prescrição do medicamento foi inadequada.

A proposta segue para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde receberá decisão terminativa.

Serviço obrigatório para profissionais de saúde



Jayme Campos pede que proposta tramite em regime de urgência

Jayme Campos (DEM-MT) anunciou ontem a apresentação de projeto para criar o serviço civil obrigatório para profissionais de saúde. O objetivo é resolver o problema da falta de médicos e outros profissionais em municípios de regiões remotas do país.

De acordo com o projeto, os estudantes da área de saúde que se formarem em

universidades públicas ou que receberem bolsa do governo terão de trabalhar durante dois anos nas áreas com carência de profissionais. O senador argumenta que o serviço seria uma retribuição pelo fato de os estudos terem sido custeados pelos cofres públicos.

A proposta é de que a obrigatoriedade do serviço valha para formados em Medicina,

Odontologia, Psicologia, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição e outras profissões a serem definidas. O projeto também determina a criação um cadastro de solicitações dos municípios.

— O quadro é grave e é urgente. Temos certeza de que há condições evidentes a justificar que a proposição tramite em regime de urgência.

Moka quer debate sobre recrutamento de médicos para o interior

O presidente da CAS, Waldemir Moka (PMDB-MS), vai propor debate sobre o programa federal que recruta médicos para residirem no interior. Foram selecionados mais de 4 mil profissionais, que vão atuar em 400 localidades, recebendo bolsa-salário de R\$ 8 mil.



Entre os debatedores, a senadora Ana Amélia conduz a audiência pública sobre a medida provisória que trata de mudanças no setor elétrico

Especialistas pedem gestão transparente no setor elétrico

Em audiência pública, debatedores disseram que é necessário criar um instrumento que permita o acompanhamento da aplicação dos recursos do setor; a redução na conta de luz dos consumidores de baixa renda é garantida graças à alocação de verbas públicas

A ADOÇÃO DE mecanismos que garantam transparência de gestão e o acompanhamento do fluxo financeiro do setor elétrico foi defendida ontem em audiência pública na comissão mista encarregada de analisar a Medida Provisória (MP) 605/13, que reduz a tarifa de energia para o consumidor e trata da universalização do serviço.

A ausência, no texto da MP, de uma estimativa anual de recursos para manutenção da tarifa reduzida também foi lembrada na audiência.

A lei determina o abatimento nas contas, mas não dá garantia de como isso se fará, o que exigirá uma alternativa de segurança para que se torne realidade, disse o relator da MP, deputado Alexandre Santos (PMDB-RJ).

Gestão

A MP 605/13 estabelece a redução na conta de luz dos consumidores de baixa renda a partir da alocação de recursos

da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), como forma de compensar a não adesão das usinas geradoras às prorrogações dos contratos de geração.

Representante do Tribunal de Contas da União (TCU), Marcelo Barros da Cunha disse que a criação de um instrumento de gestão é importante para o acompanhamento da aplicação de recursos no setor elétrico. Ele explicou que até o momento não foi feita uma fiscalização específica sobre o modelo atual da CDE, mas disse que os recursos da conta já chegaram a ser usados para aquisição de carvão mineral a preços acima do mercado.

O representante da Secretaria do Tesouro Nacional, Hailton Madureira de Almeida, explicou que a estimativa de valores anuais depende do cenário hidrológico no país. Ele esclareceu ainda que a MP 605/13 trata apenas das despesas da CDE. A parte orçamentária, afirmou, está prevista na MP

579/12, convertida na Lei 12.783/13, que trata da renovação das concessões de geração de energia elétrica, e na MP 600/12, que trata da venda dos créditos da usina de Itaipu.

Recursos

Almeida disse também que a estimativa de despesa feita pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para 2013 é de R\$ 14 bilhões, além de aportes do Tesouro Nacional à CDE, que hoje conta com R\$ 4 bilhões em caixa. A CDE também mantém receitas como a de uso de bem público, paga pelas hidrelétricas, explicou.

Falando em nome da Advocacia-Geral da União (AGU), o procurador-geral da Aneel, Ricardo Brandão, disse que a MP 605/12, assim como as demais MPs que tratam do setor elétrico, foram pensadas com premissas de respeito aos contratos atuais de geração, que vencem em 2015.

Promotor de Justiça e advogado debatem hoje o novo Código Penal

O ciclo de debates sobre o projeto de novo Código Penal terá uma nova etapa hoje, com a presença do advogado e professor Juarez Cirino dos Santos e do promotor de Justiça e professor Rogério Sanches Cunha.

A audiência pública anterior sobre o projeto (PLS 236/12), em 28 de fevereiro, foi marcada pela discordância entre o professor Miguel Reale Júnior, um dos principais críticos do projeto, e o procurador Luiz Carlos Gonçalves, relator da comissão de juristas responsável pela elaboração do anteprojeto.

Reale apontou dispositivos que considera imprecisos, criticou a figura da barganha e o fim do livramento condicional e chamou a atenção para a desproporção entre as penas de diferentes tipos de crime.

Gonçalves defendeu o projeto, afirmando que as críticas de Reale não alcançam mais do que 5% dos 502 artigos do anteprojeto. No entanto, disse o procurador, Reale insiste em atacar o projeto por inteiro.

Pedro Taques (PDT-MT), relator da comissão especial que examina o projeto, advertiu que a proposta precisa ser muito debatida, inclusive com a participação de não especialistas, e pediu calma aos que cobram dele uma rápida tramitação do projeto.

Costa quer atenção à “lógica do razoável” na interpretação das leis

João Costa (PPL-TO) citou o jurista e filósofo guatemalteco Luis Recaséns Siches (1903-1977) para tratar da importância da lógica do razoável (ou lógica humana) para legisladores e intérpretes do Direito.

Em sua avaliação, persiste o erro de entender as normas jurídicas por meio da lógica tradicional, que dificilmente é aplicável aos problemas práticos da conduta humana, enquanto a lógica da lei é “dinâmica e evolutiva”:

— A aplicação da lógica clássica à interpretação jurídica pode conduzir o intérprete e o legislador a um resultado inadequado, insensato, imprudente e acima de tudo injusto — disse.

Costa chamou a atenção para a Constituição de 1988, que se pautou por princípios como o da proporcionalidade e o da razoabilidade — dessa forma, para ele, há uma “difícil tarefa” para juristas e parlamentares darem efetividade às normas constitucionais com relação às transformações políticas, econômicas e sociais.

Segundo o senador, que alertou que os fatos humanos têm “uma dimensão desconhecida no mundo da natureza”, Recaséns Siches desenvolveu uma proposta de superação do uso da lógica tradicional de modo a alcançar soluções mais justas pela lógica do razoável:

— Direito não é ciência, mas um instrumento para provocar, na realidade social, determinados resultados.



Pedro Franco/Agência Senado

Senado debaterá taxa sobre terreno de marinha

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realizará uma audiência pública na próxima quinta-feira sobre o processo de demarcação e taxação dos denominados terrenos de marinha.

O requerimento para o debate foi apresentado pelo senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), relator de duas propostas de emenda à Constituição sobre o assunto (PECs 53/07 e 56/09). A CCJ aprovou ontem o requerimento do senador.

Ao justificar o pedido, Ferraço argumentou que até hoje não foram

totalmente identificados e demarcados os terrenos de marinha e seus acrescidos.

O fato estaria gerando insegurança jurídica e inesperados encargos financeiros para uma parcela expressiva de seus ocupantes, muitos dos quais exercendo a posse sobre tais terrenos com base em títulos de propriedade comprados de boa-fé.

— Eu classifico como agonia a compulsão da União pela arrecadação da taxa em terreno de marinha — disse o relator.

Ferraço sugeriu convidar para a audiência pública a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, a secretária de Patrimônio da União, Cassandra Maroni Nunes, o vice-prefeito de Aracaju, José Carlos Machado, o procurador do Ministério Público Federal no Espírito Santo Carlos Fernando Mazzoco, o doutor em engenharia e ex-professor da Universidade Federal do Rio Grande Obede Pereira de Lima e o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), Paulo Safady Simão.



Presidida por Vital do Rêgo (E), CCJ aprovou requerimento de Ricardo Ferraço para a audiência pública, que foi marcada para a próxima quinta